

Amazônia e questão regional: um regionalismo sufocado

Ricardo José Batista Nogueira*



RESUMO

Este artigo estabelece a relação entre regionalismo cultural e regionalismo político na Amazônia, região que sempre foi pensada na perspectiva da conquista não podendo deixar de apresentar particularidades frente a outras regiões e mesmo à União.

Palavras-chave: *Amazônia, regionalismo, federalismo, divisão territorial.*

ABSTRACT

This article establishes a relationship between cultural and political regionalism in Amazonia. This region, which has always been examined from the perspective of its conquest, cannot help but present peculiarities in relation to other regions and even to the nation itself.

Key words: *Amazon Region, regionalism, federalism, territorial division.*

Passados quase quinhentos anos da expedição de Francisco Orellana (1541-1542) descendo o rio Amazonas, a Amazônia brasileira ainda tem por imagem muito mais natureza que sociedade. Ora uma natureza cuja imagem é de preservação, ora de destruição; uma sociedade que varia da harmonia ao conflito. Procurar-se-á aqui apontar algumas questões para contribuir com o debate sobre a Amazônia tendo como base as discussões de região e temas decorrentes desta, como regionalismo e questão regional.¹

Há, em geral, uma aceitação pacífica acerca das regionalizações instituídas, pouco importando se sua origem é de ordem natural ou historicamente definida pela sociedade. Fala-se de uma literatura regional, de uma história regional, das culturas regionais e de uma geografia regional. Esta última, contudo, tem realizado esforços objetivando, se não romper, pelo menos criar alternativas para pensar a região de maneira diferente da

tradição francesa do início do século, que elegia um personagem característico para cada paisagem, passando a ser esta uma criação humana. Isto se difunde de tal modo que, ao falarmos de qualquer lugar do mundo conseguimos imaginar o seu habitante, seja nos pólos, nos trópicos, desertos, selvas, montanhas, litorais, etc. Sem dúvida que para isso contribuiu muito a narrativa de viajantes, a escolarização e, particularmente, o ensino de geografia, assim como os recentes meios de comunicação, visual principalmente.

Com este modelo de regionalizar, associado à diversidade de paisagem naturais, criou-se também no Brasil inúmeros “tipos regionais”, que estão presentes em revistas, postais, nos livros de geografia, museus ou mesmo na forma de painéis e estátuas em diversas cidades. Se se constitui em expressão histórica e cultural de cada lugar, procurando cunhar uma identidade aos habitantes da região, há outra questão que reside na forma

*Mestre em Geografia e professor do Departamento de Geografia da Universidade do Amazonas.





como cada um é visto e vê o outro, resultado de toda uma simbologia criada em torno de cada personagem regional.

Mesmo considerando a existência de fatores cujo objetivo apontam para a redução dessas diferenças, em que a tendência homogeneizadora parece ter mais força, não deixa de merecer atenção pequenas pontas de resistência e afirmação frente ao já vulgar “processo de globalização”.

Assim, pode-se ainda facilmente indicar diversos “tipos regionais” para o Brasil, sobressaindo-se, em nosso entender, figuras marcantes. como o “gaúcho”, o “sertanejo”, e o “caboclo”. Uma busca na história nos mostraria outros, que hoje quase, ou totalmente, desapareceram como decorrência de mudanças no espaço. O índio, o caiçara, o jagadeiro, o bandeirante são elementos do passado. Como se vê, representam, quase que aos moldes da geografia francesa, o homem do campo, o retrato do meio natural, nunca o homem da cidade.

Num estudo que faz sobre o regionalismo gaúcho, em que procura ressaltar a questão política, de conflito entre região e Estado, Love demonstra como este personagem, que se tornou sinônimo de rio-grandense, é caracterizado ao final do século XIX: roupa colorida, chapéu de aba larga, lenço no pescoço, calças largas, botas de cano alto, esporas e poncho de lã. “Vagueando pela Campanha, escarranchado num cavalo bem ajaezado, o poncho escuro caído em volta de seus ombros, o gaúcho talhava uma nobre e romântica figura”.² Ao que parece, com esta caracterização, a possibilidade de constituir-se num amálgama social é bem grande.

Já a figura do sertanejo, como típico habitante da caatinga do Nordeste brasileiro, mon-

tado sobre um cavalo, em trajes de couro para proteger-se dos espinhos dos cactos, tendo ao fundo um ambiente tórrido, é comumente apresentada pela literatura. Contudo, não é este personagem que aparece nas obras de Gilberto Freyre, cuja ênfase é para o patriarcado açucareiro, nem no trabalho de Silveira,³ que ao priorizar as relações de produção opta por uma concepção de região em que seus habitantes ou são dominantes ou dominados, apagando particularidades fundamentais. Talvez porque, ao contrário do gaúcho, a representação do habitante mais desagrega do que une. Daí nordestino, genericamente.

Ao contrário dos personagens anteriores, cuja representação possui uma delimitação territorial, a histórica figura do bandeirante aparece como o desbravador dos sertões, tendo como lugar de irradiação a capitania de São Vicente e a cidade de São Paulo, estando, assim, vinculado a esta parte do território nacional. Diversos estudos em torno dele construíram a imagem orgulhosa de herói civilizador, caçador de índios e de riquezas. Outros, entretanto, adotam uma postura crítica em virtude das violências cometidas aos indígenas. De todo modo, foi a sua imagem heróica que predominou, participando cotidianamente na memória paulista a partir da denominação de estradas que partem principalmente da cidade de São Paulo.⁴

Enfim, o caboclo-ribeirinho, remando em sua canoa numa imensidão de rios e floresta, aparece como o habitante do distante norte do país, do interior da Amazônia, de uma região despovoada em que a natureza domina o cenário. Vaz, num trabalho em que procura mostrar quem são os ribeirinhos da Amazônia, a propósito da expressão “caboclo” radicaliza e propõe que este termo seja banido dos trabalhos acadêmicos.⁵ Porque “caboclo são sempre os outros”. Ganhou sinônimo de mestiço,

é apresentado como um apático, um indolente, responsável pela sua própria pobreza, carregando uma forte carga de discriminação. Portanto “sendo um rótulo negativo, caboclo é aquilo que ninguém quer ser”. Apesar da dura crítica, deve-se lembrar de que em muitos casos o termo é empregado de maneira carinhosa. Ora, se ser caboclo significa tudo isto, que dizer de seu ascendente imediato, o índio?

Escravizados por missionários, colonos e funcionários da Coroa portuguesa, obrigados a converterem seu modo de vida original para um trabalho voltado à produção de mercadorias para exportação, foram dizimados em grande quantidade e em pouco tempo. A implantação em 1757, durante a administração do Marquês de Pombal, do Diretório, estabelecendo para os indígenas o uso da língua portuguesa, habitações como as dos brancos, pagamento de impostos sobre os produtos cultivados e adquiridos, etc., teve como objetivo incorporar o mais rápido possível o índio ao mundo do branco.⁶

São reveladores também os inúmeros relatos de cronistas e viajantes que percorreram a Amazônia e deixaram as suas impressões sobre os lugares e seus primeiros habitantes. La Condamine, que desce o rio Amazonas em 1735, com uma visão etnocêntrica, fala dos índios como “inimigos do trabalho, indiferentes a toda ambição de glória, honra ou reconhecimento; (...) incapazes de previdência e reflexão; passam a vida sem pensar, e envelhecem sem sair da infância, cujos defeitos todos são conservados”. Para Bates, os índios são como animais anfíbios, dado o extremo vínculo com a água, com os rios. Spix e Martius, que estiveram na região entre os anos de 1817-1820, sustentam que “A alma desses homens primitivos decaídos não é imortal; ela apenas se manifesta na existência,

não conscientemente, e só a fome e a sede lhes lembram as necessidades da vida”.⁷ Enfim, é digno de registro a surpresa que o padre Anselmo Pfungst, um missionário do século XVIII, tem ao ouvir de um índio que o mesmo estava pensando. “Nunca se soube que um Omágua, ou qualquer outra raça de índios da Província do Amazonas, fosse capaz de pensar”.⁸ Ou seja, foi esta construção que predominou para definir o habitante da região. Diferente de outros, um vencido.

Mas não era apenas o habitante do lugar que deveria ser vencido. Junto com ele, os seus territórios. Territórios inicialmente disputados por portugueses, espanhóis, franceses e holandeses. Definida a posse portuguesa, inúmeras missões religiosas dividiram sua área de atuação, tanto para cristianizar o índio, como para comercializar produtos da floresta, além do próprio índio, com certeza o produto mais valorizado.

Estas considerações são necessárias para se pensar e analisar a relação de uma região com o Estado à qual pertence que, em geral, é dirigido por grupos oriundos de algumas de suas regiões. Em nosso entendimento, é a reunião de história, economia, natureza e sociedade que pode fornecer elementos para a compreensão dos embates, conflitos, reivindicações autonomistas ou aceitação dos propósitos postos pelo Estado, resultando ou não na formação de movimentos regionalistas, que podem tomar diversos significados. Contudo, é o caráter de diferenciação que predomina. Sendo construído, principalmente, num relacionamento com o Estado, mas também com outras regiões, o regionalismo pode ser considerado um conceito político, constituindo “a expressão das relações políticas entre as regiões ou destas com o poder central, sempre que nessas relações haja opressão política, econômica ou cultural”.⁹ Para Navarro de





Brito, o regionalismo pode ter o significado de ideologia, pode ser uma plataforma ou programa voltado para programas econômicos ou sociais, porém “o regionalismo é antes de tudo um sentimento, um estado de espírito nascido da combinação de formas físicas e humanas que dão a uma comunidade, num certo quadro territorial, como que uma individualidade psicológica em relação a seus vizinhos”.¹⁰ Portanto, é exatamente em torno destas questões que procuraremos situar historicamente a região amazônica no conjunto do Estado nacional brasileiro, partindo, evidentemente, de suas particularidades econômicas, naturais e sociais.

Podemos começar argumentando que a produção do espaço na Amazônia, ao longo desses últimos quatro séculos, ao contrário das demais regiões brasileiras, ocorreu sem mudanças sensíveis à sua natureza. Enquanto no Nordeste brasileiro, possivelmente pelo fato de ser litoral, de estar mais exposto, ou voltado para fora, já se dinamizava a atividade agrícola, predominando uma cultura voltada para exportação, em que a natureza dava lugar a outra paisagem, em que a população era ampliada com a introdução do escravo negro, engendrando formas específicas de relações sociais, na Amazônia, apesar dos projetos de colonização lusitanos estimularem a agricultura, o extrativismo terminou por constituir-se a grande atividade econômica da região. No entanto, para que esta atividade se viabilizasse era necessário realizar mudanças substanciais, como alterar completamente a organização social dos povos que aí habitavam. Uma dessas medidas foi a prática dos descimentos, expedições de missionários com o objetivo de trazer índios de suas aldeias de origem para os aldeamentos das missões, sendo em seguida repartidos entre os colonos, os missionários e o serviço real da Coroa portuguesa. Havia, ainda, os índios escravos, que eram aqueles

capturados através de expedições armadas das tropas de resgates, ou aqueles capturados em guerras justas.¹¹ Isto implicou numa mudança dos padrões espaciais da demografia, não só pelo deslocamento dos contingentes populacionais indígenas, concentrando-os em alguns pontos do vale, como pela redução via extermínio dos mesmos. É a caça ao índio para o trabalho escravo que empurra Tordesilhas. Ou seja, difundiu-se para a Amazônia uma forma diferenciada de apropriação territorial, pois o extrativismo das drogas do sertão, ao contrário de promover um processo de valorização do espaço, uma vez que não agregava trabalho ao solo, valorizava só o produto, sem remoção da natureza, predominando mais a mobilidade que a fixação, não deixando na paisagem história de tempos passados. Assim, na produção do espaço da Amazônia colonial são os fluxos comerciais e de população que possuem significado.

Esta forma específica, diferenciada, de uso de parte do território colonial, resulta num caráter distinto de relações sociais frente a outras regiões. Enquanto nas capitanias do Nordeste e do Sudeste do país se consolidava uma elite composta de proprietários rurais, de latifúndios, que já reivindicava poderes frente à Coroa portuguesa visando interferir na política local, na Amazônia, cuja atenção de Portugal culminou com a criação do Estado do Maranhão e depois Grão-Pará, esta questão não estava posta. E não estava posta justamente porque a atividade extrativa, com base no trabalho indígena, não estabeleceu a propriedade privada, não criou uma classe de proprietários fundiários que, a partir dessa condição, constituísse um contrapoder à Coroa de caráter regionalista. Há um episódio de pressão realizado por colonos sobre as Câmaras de Belém e São Luís contra o decreto de El-Rei em 1652, que proibia a escravidão indígena, que passa para a história como a

revolta dos Beckman. Nem por isso deixou de criar mandatários. Os mandatários imediatos possuem poderes sobre a força de trabalho indígena. São os Capitães de Aldeia, criados pela Carta régia de 1611, morador de bons costumes, que atuava como juiz criminal e juiz civil, e fiscalizava o pagamento dos índios. Com este poder, passaram também a explorar o índio na coleta das drogas do sertão, na construção e no transporte em geral.¹² Em 1686, o Regimento das Missões retira dos Capitães de Aldeia este poder e o entrega aos missionários de diversas ordens religiosas, principalmente jesuítas, que vão se tornar os agentes econômicos da Coroa, permanecendo até sua expulsão pelo Marquês de Pombal que institui o Diretório em 1755 disciplinando vários aspectos da vida dos índios visando eliminar diferenças culturais inserindo-os no “mundo dos brancos”. A partir daí o controle sobre os índios passa a ser dos diretores que, em virtude do monopólio que possuíam sobre os mesmos, chegaram a ser acusados de transformarem as aldeias em ducados e condados. A disputa, que se torna acirrada entre colonos e missionários, é mais pelo controle sobre a força de trabalho do que sobre o controle da terra. A riqueza era dada pela posse de braços e não de hectares.

O surgimento de uma série de atividades de direção, controle, proteção e comercialização na Amazônia exigia, evidentemente, a produção de alimentos, realizada pelos colonos, mestiços e indígenas ao longo do vale dos rios. À tradicional prática agrícola dos índios são acrescentadas outras para dar conta da nova dinâmica instituída na região. Fazendas de gado, pesqueiros-reais, engenhos, incremento à produção do cacau, são algumas mudanças ocorridas, pois não se pode esquecer que havia interesse em expandir a atividade agrícola. Contudo, a exploração dos recursos naturais nunca fora deixada de lado.

O que se configura na Amazônia é uma outra história, bem distinta do restante da colônia. O Diretório acabou com a escravidão indígena, e “a mão-de-obra livre do índio era um duro golpe aos fazendeiros e à Capitania do Rio Negro – marco da produção estatal”.¹³ Isto talvez venha explicar a regressão de uma agricultura voltada para a exportação, prevalecendo a organização da produção familiar. Noutras capitanias, seria um grande abalo, àquela altura, acabar com o trabalho escravo. Oligarquias rurais bem estabelecidas, com grande poder político local e mesmo regional, não permitiriam, até porque a produção agrícola, seja de cana, algodão, tabaco e mesmo café, era movida pelos negros.

Decorridos dois séculos de ação colonizadora, de ação missionária, de captura e conversão da população indígena em mestiça, cabocla ou mameluca, de transformação da sociedade originária, constitui-se um campesinato amazônico, disperso ao longo dos rios, e em torno dos pequenos núcleos urbanos, controlados basicamente por comerciantes portugueses dos produtos extrativos. As relações com a Coroa eram mais intensas que com a costa brasileira. Silva aponta que quando se constituiu o Reino Unido de Portugal e Brasil, com a instalação do centro administrativo no Rio de Janeiro, surgem duas facções na Província do Norte. Uma, composta por comerciantes reinóis, defendia a tutela colonial, outra, apesar de composta por fazendeiros e proprietários de engenho, não possuía qualquer poder de intervenção na administração provincial, propunha autonomia.¹⁴ Para a primeira não havia interesse em subordinar-se ao Rio de Janeiro, daí a defesa da permanência do vínculo colonial. A segunda corrente consegue articular diversos segmentos sociais – de fazendeiros a colonos e índios – contra o domínio português no Pará. Estariam aí as origens de um dos mais intensos movimentos de





revolta contra a Corte e o Império brasileiro recém-criado, a Cabanagem, que abrigava não só a revolta de amazônidas contra portugueses, mas também, segundo alguns autores, conotações raciais contra os brancos, e, em função disso, consegue reunir caboclos, índios e negros. A forte repressão ao movimento de conteúdo popular culmina com quase 40 mil pessoas mortas.¹⁵

Depois desse movimento, a Amazônia só retorna ao cenário nacional no final do século XIX, quando um artigo da floresta desperta a atenção mundial da indústria. A borracha, produto também do extrativismo, apesar de já ser conhecida regionalmente, não possui expressividade comercial para exportação, pois no ano de 1830 apenas 156 toneladas são remetidas ao exterior. A expansão é gradativa a cada década à medida que seu uso industrial começa a ser alargado, principalmente após a técnica da vulcanização. Trinta anos depois já atinge 2,6 mil toneladas, chegando na primeira década de 1900 a 40 mil toneladas. Este volume de produção passa a ter um significado importante para as exportações brasileiras pois chegaram a representar 28% na mesma década, sendo o segundo maior produto de exportação, atrás do café, que representou 51%, couro e peles com 4,3%, mate 2,9%, cacau 2,8%, algodão com 2,1% e açúcar com 1,2%.¹⁶ Estes dados servem para demonstrar o peso econômico que a borracha representou. Porém, não houve uma correspondência política na participação das províncias da Amazônia junto ao governo da federação. A esta altura o centro para ela não era mais Lisboa, mas o Sul do país, embora seu vínculo mais constante fosse com o exterior. Procuraremos, deste modo, levantar algumas questões que venham justificar o porquê desta ausência junto ao governo central.

Já apontamos anteriormente que a formação de uma classe de proprietários rurais, com um domínio imediato na escala do poder local, foi a base da formação de contra poderes à Coroa e posteriormente no Império. A denominada oligarquia agrária buscava impor mecanismos que lhes possibilitassem o controle não só da terra, mas também do trabalho (escravidão). Na República, define-se por completo o seu poder político sobre o Estado nacional, dirigido pela oligarquia cafeeira, seguido por pecuaristas mineiros e usineiros nordestinos.

Em nosso entendimento, o fato de a predominância da atividade econômica na Amazônia ter sido oriunda do extrativismo não foi capaz de formar uma elite poderosa. Se no período colonial o poder foi exercido por missionários e depois por emissários da Coroa, com a extração da borracha algo semelhante ocorreu. O poder maior era dos comerciantes e financistas, nem sempre originários da região, do que dos seringalistas. Ainda assim, a elite regional não foi capaz de formular um discurso que articulasse a população para exigir maior atenção do governo central. O mito fundador da região, no caso o índio, não estava vivo! Além disso, uma parte dos trabalhadores nos seringais não era constituída de caboclos, sendo estes menos dependentes da coleta que os oriundos do Nordeste. Ou seja, penso que estas questões são fundamentais para fazer emergir um discurso regionalista, ainda que a partir das elites, para surgir um regionalismo que afirme uma região frente a um Estado nacional. A dificuldade da emergência de um discurso regionalista amazônico passa por essas particularidades e outras que serão postas adiante.

As províncias da Amazônia, até a ascensão da borracha como principal produto econômico, viviam reclamando maior atenção

do poder central. Achavam-se desprestigiadas em diversos sentidos, principalmente quanto aos gastos do governo com o incentivo à colonização e imigração para o sul do país.

Com a Proclamação da República e a implantação de uma nova constituição que destinava aos Estados os impostos oriundos da exportação, o Estado do Pará viu-se agraciado com um volume enorme de recursos, reduzindo o ressentimento com o governo central.¹⁷ Todavia, não era só o Pará que produzia borracha. O Amazonas vinha expandindo bastante sua produção, principalmente quando houve uma grande corrida dos migrantes nordestinos aos altos rios Madeira, Juruá e Purus. E o governo desta Província não mediu esforços para ampliar sua participação. Adotou como medida um incentivo fiscal para quem exportasse borracha a partir do porto de Manaus, criando problemas com a Província vizinha que temia uma corrida dos exportadores para Manaus. De nada adiantaram os reclamos do Pará ao Império. Com a República, a descentralização tributária põe em questão a fraternidade regional. Isto impediu a formação de um bloco regional que ousasse participar da política nacional.¹⁸ Mesmo assim, é interessante apontar algumas figuras que tiveram uma participação na política nacional. Os expoentes são antimonarquistas e conhecidos como republicanos históricos: Lauro Sodré, Serzedelo Corrêa e Justo Chermont. Com exceção deste último, que era oriundo de rica família de pecuarista, os outros conseguem posições de destaque a partir da formação profissional e postos em funções burocráticas. Lauro Sodré, engenheiro, ativista republicano e defendendo um partido republicano nacional, é um adversário da política do café-com-leite, e apoiado pelo deputado paulista Francisco Glicério depois deste ter brigado com o PRP, disputa a presidência da República em 1898, sendo

fragorosamente derrotado por Campos Sales, pois tinha o apoio dos grandes Estados. Conquistou mais de 174 mil votos contra apenas 16 mil de Sodré.¹⁹ Na eleição seguinte é a vez de Justo Chermont, como vice de Quintino Bocaiúva, do Rio de Janeiro, disputar a presidência com Rodrigues Alves. Novo fracasso.

Mas a disputa intra-regional permanece forte. Um outro episódio que demonstra isto é a anexação do território do Acre ao Brasil. O Estado do Amazonas tenta torná-lo parte de seu território, o que aumentaria substancialmente suas receitas. O Estado do Pará, para não perder sua hegemonia regional, consegue fazer com que o Brasil o transforme em Território Federal, tornando suas rendas apropriadas pela União.

Enquanto Pará e Amazonas disputavam regionalmente rendas oriundas do extrativismo e, em virtude disso, não conseguiam formular projetos para interferir sobre o governo nacional, do outro lado do mundo, na Ásia, a produção de borracha de seringueiras cultivadas dava saltos surpreendentes na primeira década de 1900, jogando o preço da borracha para baixo. Isto quebrou a frágil produção extrativa da Amazônia. O recurso ao governo federal nos primeiros anos do século não foi suficiente para sensibilizar o Congresso Nacional a ajudar a região em plena decadência e bastante endividada. “O decreto 2.543 de 1912 estabeleceu medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira (...) ficando o Poder Executivo autorizado não só a abrir os créditos necessários à execução de tais medidas, mas ainda a fazer as operações de crédito que para isso fossem necessárias”.²⁰ Estabelece-se um debate na Câmara, pois o agora senador Francisco Glicério, que anos antes apoiara o paraense Lauro Sodré à presidência, condena de forma veemente o





plano, alegando despesas elevadas. Do outro lado, o deputado amazonense Luciano Pereira refutou sua argumentação denunciando a força política dos representantes do Sul, em defesa do café, e dizia que “a União era uma mãe para o Sul e madrasta para o Norte”.²¹ A conclusão foi que o projeto não se consolidou.

Em vista de toda esta breve euforia de riqueza que a Amazônia se viu envolvida, retomamos a questão do regionalismo levantando algumas proposições que caminham no sentido de afirmar a dificuldade de sua emergência. Já apontamos que não houve uma apropriação simbólica do elemento regional, em vista de todo preconceito sobre o mesmo. Fazer isto significaria respeitar a diferença cultural e territorial o que não seria interessante, ainda que fosse reelaborado, como indica Castro,²² ao analisar o regionalismo no Nordeste. Esta nossa abordagem não poderia deixar de ser relacional na medida que o caráter próprio do regionalismo surge numa relação, seja frente ao Estado Nacional ou outra região, como dissemos acima.

Outro ponto para discussão do regionalismo amazônico, com certeza mais polêmico que o primeiro, diz respeito à relação existente entre latifundiários, poder local e economia regional. A história da Amazônia mostra que seus mandatários sempre foram alheios à região. Na colônia, missionários; na passagem da Independência um discurso regional fora fortemente reprimido; no Império, os governos indicados não possuíam laços locais, e na República, com a ascensão da borracha, sua elite política não era oriunda da atividade extrativa, e aqueles que acumularam com a borracha, parte era estrangeiro ligado ao setor exportador e a outra sequer formulou projetos de desenvolvimento regional para além do extrativismo. Na outra ponta, o objetivo do seringueiro nordestino era ganhar algum di-

nheiro com a borracha e retornar ao seu lugar de origem, como todo migrante.

Fazendo um jogo de relações entre as regiões brasileiras e suas respectivas oligarquias rurais (café, pecuária, cana) na passagem do século XIX ao XX, todas com um certo poder sobre o governo central, na Amazônia, proprietário rural ou latifundiário não possuía a mesma expressividade que aqueles de outras regiões. Queremos argumentar que na base do surgimento dos mais notáveis casos de regionalismo no Brasil há uma relação profunda entre agropecuária, consequentemente a propriedade da terra, poder local e poder central. Esta relação na Amazônia sempre foi tênue, porque, primeiro a terra nunca foi sinônimo de valor, sendo mais o seu produto; segundo, nunca houve uma pressão pela terra que confrontasse proprietários e não proprietários, resultando num controle dos primeiros sobre os segundos. Como foi posto acima, era mais importante ter braços para coleta que ser proprietário sem trabalhadores. Não há dúvida de que no ciclo da borracha houve uma corrida à legalização das terras, principalmente por casas aviadoras, visando sua propriedade, o que antes só ocorria com as árvores de seringa. Contudo, a decadência da atividade gomífera torna sem sentido a grande propriedade, ou o latifúndio na Amazônia, fato que só ocorrerá a partir da década de 70 do século XX. Por outro lado, os tradicionais proprietários de terras não extrapolavam o poder local.

Passada a euforia da borracha, a Amazônia regride por completo no cenário federativo. Esta região só volta a merecer atenção do governo central no período da Segunda Guerra Mundial. Tenta-se recuperar a produção da borracha em virtude da interdição da produção asiática. Nova euforia, mais migração para a região e criação de fundos

especiais para estimular a produção. Outra consequência da Segunda Guerra Mundial e que muda a configuração político territorial da região é a criação de territórios federais nas áreas de fronteira. Guaporé, desmembrado de Mato Grosso, posteriormente denominado Rondônia, é entregue a um militar do Exército; Rio Branco, futuro Estado de Roraima pertence a um militar da Aeronáutica e o Amapá, desmembrada do Pará, fica com um militar da Marinha. Mais do que nunca a Amazônia é comandada de fora, cuja integração é urgente e exige planejamento.

Com o governo militar acelera-se o processo a partir da montagem de uma poderosa estratégia de ocupação que envolve projetos de colonização, rodovias, exploração de recursos naturais, portos, aeroportos e batalhões de fronteira. É uma região de planejamento que precisa ser desenvolvida. O modelo de planejamento regional implantado no Brasil cria superintendências para reduzir as disparidades frente ao Sudeste brasileiro. Se para o Nordeste o discurso era da recuperação, em virtude da longa decadência da produção açucareira, para a Amazônia o discurso é o da valorização, de integração, segurança e desenvolvimento, além do que havia terras sem homens para homens sem terras. Belém sedia a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que substituiu a SPVEA, cuja atribuição era de estimular, via incentivos fiscais, a entrada de capitais para investimentos financiados pelo BASA (Banco da Amazônia). Manaus sedia a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), que concede incentivos fiscais para produção industrial, comércio e agricultura.

Como todos os projetos para Amazônia foram de grande porte, exigindo uma grande quantidade de capitais, daí o Estado fazendo parte como grande empresário, seguido ou asso-

ciado a capitais estrangeiros e nacionais, a elite local, sem nenhuma participação na elaboração dos projetos, estava fora também de sua execução. Para explorar minérios, estrangeiros; para construir hidroelétricas e rodovias, grandes empreiteiras nacionais; para trabalhar tanto na colonização como nas barragens, mineração e rodovias, novamente nordestinos. Para implantar indústrias eletrônicas na Zona Franca de Manaus, capitais japoneses, americanos, franceses, e algum capital paulista, todos pelas condições vantajosas de produção. Souza fala da participação extremamente reduzida do capital local oriundo do extrativismo na ZFM e usufruindo de seus incentivos, e que “é possível notar grandes comerciantes do extrativismo de outrora hoje atrelados como sócios minoritários, com cargos simbólicos, nas empresas subsidiárias instaladas em Manaus”.²³

Hoje é interessante observar a queixa dos comerciantes de importados na ZFM ao governo federal em virtude da abertura do mercado nacional à globalização, pedindo providências para sobreviver. Ao mesmo tempo vê-se uma Federação das Indústrias sem poder correspondente ao parque industrial, e isto é facilmente explicado porque quem sempre esteve à frente da instituição foram pessoas vinculadas às indústrias extrativas, madeireiros, enquanto os problemas do parque industrial são, em geral, resolvidos em São Paulo, via FIESP, ou Brasília. Criada para durar 25 anos, a ZFM teve sua vida prolongada pela constituição de 1988 até o ano de 2013, cujo relator foi o então Senador pelo Amazonas, Bernardo Cabral.

De maneira semelhante, o mesmo aconteceu com o Pará, em que o poder dos extrativistas da castanha e comerciantes sucumbiu com a pesada intervenção estatal e a formação de uma nova classe agrária composta por fazendeiros sulistas ao longo das rodovias federais.





Toda esta intervenção não poderia deixar de provocar mudanças territoriais em diversas escalas e fazer emergir regionalismos diversificados. No maior Estado da Federação, entre críticas e elogios, a implantação da ZFM produziu uma grave distorção territorial, uma vez que, ao contrário dos propósitos de irradiação do progresso para o interior do Estado, produziu uma concentração sem limites da atividade econômica, sendo Manaus responsável por 99% da arrecadação tributária estadual, e abrigando mais de 60% da população do Estado. Isto não poderia deixar de provocar reações oriundas do interior, que projeta na criação dos Territórios Federais do Rio Negro e alto Solimões a sua redenção, sem que haja resistência estadual porque não produzem renda. Outra mudança que envolve não só o Amazonas, mas também Roraima, é a consolidação da ligação rodoviária com a Venezuela e o Caribe, ampliando laços comerciais. A questão que se levanta aqui é que, sem vínculos ro-

doviários com o Brasil, toda uma região pode ter seus laços de coesão nacional afrouxados.

Na Amazônia Oriental, as mudanças territoriais passam também pela criação de novas unidades federativas como o sul do Pará, com o Estado de Carajás, resultado da consolidação de uma nova elite que vê nas rendas dos minérios a fonte de sua manutenção, além do proposto Estado do Tapajós. Diferente do Amazonas, o Pará seria o grande perdedor de recursos.

Enfim, percebe-se que a configuração territorial da Amazônia tem tudo para ser alterada. Aos poucos a “bancada da Amazônia” vem ampliando sua representação, com a transformação dos territórios em Estados e a criação do Tocantins, distorcendo a proporcionalidade. E poderá aumentar caso as reivindicações sejam conquistadas, devendo, no entanto, ser questionadas as origens desses movimentos autonomistas em virtude de sua diversidade.

NOTAS

1 – Na França o trabalho de Lacoste, Yves – *A geografia serve, antes de tudo para fazer a guerra* é um marco. No Brasil há diversos trabalhos sobre o conceito de região.

2 – LOVE, Joseph. *O Regionalismo Gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

3 – SILVEIRA, Rosa M. *Regionalismo Nordestino*. São Paulo: Moderna, 1986.

4 – RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*; ELLIS, Alfredo. *O Bandeirismo Paulista*; VIANA, Mog. *Bandeirantes e Pioneiros*; DAVIDOFF, Carlos. *Bandeirantismo: Verso e Reverso*.

5 – VAZ, Florêncio. “Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta”. *Revista de Cultura Vozes*, nº 2, 1996, p. 47-65.

6 – São inúmeras as obras que tratam da dizimação indígena. FREIRE, J. R. et alli. *Amazônia Colonial (1616-1798)*. 5ª ed., Manaus: Metro Cúbico, 1994, faz um estudo breve com uma bibliografia básica.

7 – Uma análise da visão da Amazônia pelos cronistas e viajantes pode ser encontrada em GONDIM, Neide. *A Invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

8 – BAUM, Vicki. *A Árvore que Chora*. Porto Alegre: Globo. Citado por GONDIM, Neide, p. 214.

9 – CASTRO, Iná E. *O mito da necessidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. É básico também o texto de Markusenn, Ann. “Região e regionalismo: um enfoque marxista”. *Revista Espaço e Debates*, nº 2. Cortez, 1981.

10 – BRITO, Luiz Navarro de. *Política e Espaço Regional*. São Paulo: Nobel, 1986.

11 – FREIRE et alli, op. cit., p. 29.

12 – Idem, p. 31.

13 – SILVA, Marilene C. da. *O Paiz do Amazonas*. Manaus: EDUA, 1996.

14 – Idem, p. 153.

15 – Idem, p. 167.

16 – PRADO, Maria L. e CAPELATO, Maria H. “A Borracha na economia brasileira da primeira República”. In FAUSTO B. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, v. 1, São Paulo: Difel, 1975.

17 – WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

18 – Idem, p. 226.

19 – CARONE, Edgard. *A República Velha*. São Paulo: Difel, 1971.

20 – PRADO e CAPELATO, 1975, p. 303.

21 – Idem, p. 305.

22 – “A base territorial para a expressão do regionalismo é, necessariamente, a região. Essa se define a partir da relação do homem com o meio e com seus símbolos. A elite se apropria desses símbolos, relembrando-os ideologicamente na identidade regional, conferindo visibilidade e valor simbólico aos traços singulares da sociedade local como tipo físico, sotaque, terminologia, hábitos, etc.”. CASTRO, Iná. “Visibilidade da Região e do Regionalismo: A escala brasileira em questão”, in LAVINAS, Lena (org.). *Integração, Região e Regionalismo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

23 – SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazonense*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

